

QUALIFICAÇÃO DOCENTE PARA MODELAGEM DE DISCIPLINAS EM FORMATO SEMIPRESENCIAL¹

Email:
benildes@gmail.com
gracianebruzinga@gmail.com
limagercina@gmail.com
elisangelaaganette@gmail.com
celiadias@gmail.com

Benildes Coura M. S. Maculan¹, Graciane Silva Bruzina Borges², Gercina Ângela de Lima³, Elisângela C. Aganette⁴, Célia da Consolação Dias⁵

Resumo

Este artigo apresenta a proposta de remodelagem de disciplinas presenciais de modo a possibilitar sua oferta no formato semipresencial. A iniciativa partiu de docentes do Grupo de Pesquisa em Representação do Conhecimento e Recuperação da Informação (RECRI). As disciplinas contemplam conteúdos do curso de Biblioteconomia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no âmbito do Tratamento da Informação. A metodologia aplicada para a qualificação foi iniciada com a formalização de uma parceria com o Centro de Apoio à Educação a Distância (CAED), da UFMG, e incluiu atividades no [Laboratório de Criação de Materiais Didáticos para a EaD](#) – LCMD. Os resultados apontam para a exigência de qualificação para o redesenho das disciplinas presenciais para o formato semipresencial, na modalidade EaD, e para a necessidade de apoio profissional nessa tarefa.

Palavras-chave: Remodelagem de disciplina presencial. Disciplina semipresencial. EaD. Qualificação de docentes.

Abstract

It presents the initiative of the teachers of the Research Group on Knowledge Representation and Information Retrieval (RECRI) in its qualification for the remodeling of its attending disciplines to offer them in the Distance Learning Education format. The disciplines include contents of the Library Science course of the School of Information Science of the Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), in the scope of Treatment of Information. The methodology applied for the qualification began with the formalization of a partnership with the center called Centro de Apoio a Educação a Distância (CAED/UFMG), and included activities in the Laboratory of Creation of Didactic Materials for the EaD - LCMD. The results point to the requirement of qualification for the redesign of presential course for the EaD modality, and for the need for professional support in this task.

Keywords: Remodeling of presential discipline. Semi-presential discipline. EaD. Qualification of teachers.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a excelência na educação depende do empenho de todos, sejam

¹ Programa de Incentivo a Formação Docente (PIFD) da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD/UFMG) & Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

professores, alunos ou governantes. Toda a sociedade deve assumir seu papel nessa discussão, que passa por reflexões e ações que possibilitem a vitória dos desafios e a transformação do sistema educacional.

Nesse cenário, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) propiciam uma transformação dos espaços de aprendizagem, assim como do papel do professor e do aluno. Com isso, são favorecidas as ponderações acerca da construção de diferentes concepções de educação, rompendo-se com o paradigma tradicional de ensino. Assim, é possível repensar as atividades de ensino-aprendizagem e propor atividades que busquem compreender ferramentas e ambientes de interação entre professores e alunos, numa reestruturação multidirecional, coletiva e transdisciplinar (MORAN, 2004).

Um dos grandes desafios para os professores é a necessidade de compreender e fazer uso dos inúmeros recursos de tecnologia de informação que estão amplamente disponíveis na direção de otimizar o processo de ensino e aprendizagem. Mas, para além de fazer referência apenas aos recursos de tecnologia, ressalta-se a importância de preparar os alunos para a conquista da autonomia para o aprendizado.

A EaD consiste em uma maneira de se ensinar por meio de recursos didáticos sistematicamente organizados e disponibilizados em TICs, possibilitando-se assim a autoaprendizagem. Diante de tal posicionamento, conforme Medeiros e Farias (2003), cria-se um novo tipo de espaço que prevê um processo de ensino onde a aprendizagem ocorra de forma autônoma e independente, fisicamente distante do professor, efetuando-se por meio de usos adequados de tecnologia da informação e da comunicação. Existe, ainda, a modalidade semipresencial, que combina o ensino presencial com o uso de recursos a distância, visando a estabelecer novas possibilidades de organização das aulas, o que agrega vantagens das modalidades presencial e virtual (ROVAI; JORDAN, 2006).

A facilidade tecnológica e a virtualização do processo de ensino-aprendizagem estimulam tanto os docentes no que tange à redefinição e revisão de seus métodos de ensino, quanto os discentes, estimulando-os e, conseqüentemente, tornando o processo de aprendizagem mais intuitivo. Trata-se de um novo momento educacional, onde docentes e discentes assumem novos papéis e responsabilidades. Borges e Fontana (2003) afirmam que tal convergência entre o mundo presencial e o virtual permite e facilita o desenvolvimento de um trabalho mais dinâmico e complexo, que não possui limites de tempo e/nem de espaço para ocorrer.

Atualmente, já é permitido implantar cursos EaD e semipresenciais em diversos níveis de ensino. No ensino superior, essa permissão da oferta de disciplinas em EaD foi estabelecida na Portaria nº 1.134/2016, que revogou a Portaria anterior nº 4.059/2004 (n.p.):

Art. 1º As instituições de ensino superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância.

§ 1º As disciplinas referidas no *caput* poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

§ 2º As avaliações das disciplinas ofertadas na modalidade referida no *caput* serão presenciais.

§ 3º A introdução opcional de disciplinas previstas no *caput* não desobriga a instituição de ensino superior do cumprimento do disposto no art. 47 da Lei nº 9.394, de 1996, em cada curso de graduação reconhecido.

Para implementar a modalidade EaD, é necessário que a proposta pedagógica do curso inclua métodos e práticas de ensino-aprendizagem com o uso integrado de TICs e preveja encontros presenciais, sobretudo para as avaliações, assim como atividades de tutoria.

Com isso, ficou evidenciado o que já havia sido aprovado desde o Plano Nacional de Educação 2001-2010, que considerava como estratégia de expansão do ensino superior a adoção de ensino na modalidade EaD, que, expressamente, afirmava que se devia “estabelecer um amplo sistema interativo de educação a distância, utilizando-o, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, regulares ou de educação continuada” (BRASIL, 2001, p. 67). Ressalta-se, assim, que todo o material didático de uma disciplina em formato de EaD tenha que ser pensado em uma linguagem dialógica, pois o tipo de leitura deve ser reflexivo, priorizando a interatividade em ambiente virtual.

Aliados a isso, os Referenciais de Qualidade para Educação a Distância (MEC, 2007) fazem recomendações específicas sobre a qualidade da produção didática, que deve estar em “consonância com o projeto pedagógico do curso [...] devendo desenvolver habilidades e competências específicas, recorrendo a um conjunto de mídias compatíveis com a proposta e com o contexto socioeconômico do público-alvo”, além de ser “estruturado em linguagem dialógica, de modo a promover a autonomia do estudante desenvolvendo sua capacidade para aprender e controlar o próprio desenvolvimento” (MEC, 2007, p. 13).

Foi nessa perspectiva que os docentes que compõem o Grupo de Pesquisa em Representação do Conhecimento e Recuperação da Informação (RECRI), dando prosseguimento às atividades do Projeto “Estudos em Organização e Tratamento da Informação – EOTT”, de autoria do mesmo Grupo, iniciaram a atividade de remodelagem de cinco disciplinas presenciais para o formato semipresencial. Tais disciplinas compõem o quadro de Organização e Tratamento da Informação (OTI) do curso de Biblioteconomia da ECI. Essa iniciativa faz parte do plano de trabalho apresentada pelo RECRI junto ao Programa de Incentivo à Formação Docente (PIFD), quando recebeu uma bolsa para aluno em curso de doutorado na UFMG. O PIFD visa a contribuir para a qualidade e evolução do ensino de graduação na UFMG.

Os procedimentos que foram aplicados estão apresentados neste artigo, após esta seção introdutória, da seguinte maneira: a Seção 2 apresenta um breve histórico evolutivo da educação no contexto de virtual e, especificamente, destaca o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) como realidade atual para iniciativas de EaD. Na Seção 3, relata-se o estudo realizado para transformar um conjunto de disciplinas presenciais em disciplinas semipresenciais. Finalmente, na Seção XX apresentam-se a metodologia aplicada no LCDM no decorrer do PIFD e os resultados obtidos neste subprojeto do Grupo RECRI.

2. EDUCAÇÃO EM AMBIENTE VIRTUAL

A ideia da EaD não é nova, e, inicialmente, a oferta de cursos a distância era feita por correspondência e tinham como foco a formação técnico-profissional. Um dos primeiros registros desse tipo de ensino ocorreu em 20 de março de 1728, num anúncio na Gazeta de Boston: “material para ensino e tutoria por correspondência” (ALVES, 2011, p. 86). Já em 1935, programas de ensino da escola oficial foram realizados por rádio pelo *Japanese National Public Broadcasting Service* (ALVES, 2011).

Com o avanço da tecnologia, as TICs permitiram dar uma nova roupagem ao ensino a distância. Segundo Mugnol (2009, p. 338), a criação da *Open University*, Universidade Aberta de Londres, em 1970, pode ser considerada um dos marcos históricos da EaD, pois “contribuiu decisivamente para o desenvolvimento de métodos e técnicas que serviram para caracterizar os diferentes modelos de EaD existentes”. Depois disso, segundo o autor, destaca-se a Universidade Nacional de Educação a Distância (UNED), criada em Madri, em 1972, que é tida como “uma das iniciativas de maior sucesso e que serviu de modelo para outros países” (MUGNOL, 2009, p. 338). No Brasil, a EaD tem seu início no sistema educacional em 20 dezembro de 1996, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no art. 80 da Lei 9.394/96 ” (ALONSO, 2014). Contudo, segundo o autor, somente em 19 de dezembro de 2005 o “decreto n. 5.622 que regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394” foi publicado, após a elaboração de um documento pelo Ministério da Educação, em janeiro de 2005, que “propôs encaminhamentos com o intuito de assegurar qualidade, acesso e mobilidade de estudantes e docentes entre diferentes modalidades de ensino” (ALONSO, 2014, p. 43).

Na contemporaneidade, as modalidades de ensino EaD são realizadas dentro de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), descrito a seguir.

2.1 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

O Ministério da Educação, em 2007, conceitua Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) como:

programas que permitem o armazenamento, a administração e a disponibilização de conteúdos no formato *Web*. Dentre esses, destacam-se: aulas virtuais, objetos de aprendizagem, simuladores, fóruns, salas de bate-papo, conexões a materiais externos, atividades interativas, tarefas virtuais (*webquest*), modeladores, animações, textos colaborativos (*wiki*).

Valentini e Soares (2005) apresentam uma definição de AVA que vai além da ideia de um conjunto de páginas educacionais na *Web* ou de *sites* com diferentes ferramentas de interação e de imersão (realidade virtual). Para os autores, um AVA é um espaço social, constituindo-se de interações cognitivo-sociais sobre ou em torno de um objeto de conhecimento: um lugar na *Web*, “cenários onde as pessoas interagem”, mediadas pela linguagem da hipermídia, cujos fluxos de comunicação entre os interagentes são possibilitados pela interface gráfica (VALENTINI; SOARES, 2005, p. 19). Já Almeida (2003, p. 331) define os Ambientes Virtuais de Aprendizagem como:

sistemas computacionais disponíveis na internet, destinados ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Permitem integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos, apresentar informações de maneira organizada, desenvolver interações entre pessoas e objetos de conhecimento, elaborar e socializar produções tendo em vista atingir determinados objetivos (ALMEIDA, 2003, p. 331).

Como pode ser observado com as definições expostas, para que o ensino no EaD seja efetivo e eficaz, é necessário que o AVA seja bem planejado e estruturado, pois é ele que irá garantir a qualidade do ensino, e conseqüentemente, irá impactar na melhor aprendizagem do conteúdo pelos alunos. Além disso, é através desta plataforma que o professor terá o controle e poderá fazer o acompanhamento do nível de aprendizagem do conteúdo, e como ele está sendo

absorvido pelos alunos. Portanto, um AVA é utilizado, também, como uma ferramenta EaD, para complementar as aulas presenciais com conteúdos virtuais.

Segundo Schelemmer (2005), é possível listar os benefícios dos AVA para as instituições de ensino, professores e alunos, respectivamente, como segue:

(a) possibilita atender a um variado espectro de público; (b) amplia os espaços destinados à Educação, podendo ser usado para a constituição de comunidades virtuais de aprendizagem [...] (c) [...] possibilita reduzir custos relacionados a deslocamentos físicos e infraestrutura física.

[...] (a) proporciona um fácil acesso à informação, pois não depende de espaço e nem de tempo fixos. [...]; (b) possibilita o compartilhamento de informações e a produção de conhecimento de forma coletiva, propiciando ampliar experiências, estimulando a colaboração entre os alunos; (c) os alunos, [...], podem ter um acompanhamento personalizado e adequado às suas necessidades [...]; (d) AVA possibilita que grupos de alunos interajam em comunidades, que possam compartilhar as informações e seus *insights* [...]

(a) suporta diferentes estilos de aprendizagem: cooperativa, orientada por discussão, centrada no sujeito, por projetos, por desafios/problemas/casos; (b) serve de suporte para o desenvolvimento de práticas pedagógicas interdisciplinares e transdisciplinares; (c) possibilita disseminar informações para um grande número de pessoas [...] sem limites de amplitude geográfica; (d) disponibilizada a informação no ambiente, tornando possível a atualização, o armazenamento, a recuperação, a distribuição e compartilhamento instantâneo; (e) a concepção didático-pedagógica possibilita uma visão clara das possibilidades de uso das ferramentas e uma maior interação; (f) permite a personalização de uma comunidade de acordo com suas necessidades e características. [...] Pode incluir ou excluir ferramentas (SCHELEMMER, 2005, p. 141).

Apesar dos benefícios elencados, as inovações trazidas pela EaD ainda são um desafio para as instituições de ensino (MUGNOL, 2009), e, acrescenta-se, também para os docentes que migram da modalidade tradicional para a modalidade EaD, pois este professor “necessita acolher em sua atuação docente as tecnologias da informação e comunicação (TIC’s), bem como ter flexibilidade de atuar em diferentes níveis e contextos” (MATOS et al., 2013, p. 23). Para dar conta das novas demandas, este docente “precisa de apoio e orientação, pois as práticas até então conhecidas de graduação e formação profissional do professor evidenciam novas demandas às demandas históricas, culturais e sociais do ensinar na Sociedade da Informação” (BRITO; KNOLL; SIMONIAN, 2010, p. 509).

Para pontuar a necessidade de qualificação dos docentes, em relação às práticas pedagógicas e aos recursos tecnológicos disponíveis para estruturar e gerenciar um ambiente AVA, com intuito de obter maior autonomia na elaboração do material didático, volta-se à abordagem da Sociedade em Redes (CASTELLS, 1999). Para o autor, é por meio da ação, da interação em rede, que as pessoas realizam trocas de toda natureza, compartilham experiências, aprendizagens, ideias, projetos, constroem conhecimento de forma colaborativa e cooperativa. Assim, para Castells (1999),

[...] a difusão da tecnologia amplifica seu poder de forma infinita, à medida que os usuários apropriam-se dela e a redefinem. [...] não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. Usuários e criadores podem tornar-se a mesma coisa. Dessa forma, os usuários podem assumir o controle da tecnologia [...]. Segue uma relação muito próxima entre os processos sociais de criação e manipulação de

símbolos (a cultura da sociedade) e a capacidade de produzir e distribuir bens e serviços (as forças produtivas). Pela primeira vez na história, a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo (CASTELL, 1999, p. 51).

No contexto educacional da UFMG, nota-se que há programas de formação e de capacitação docente que estão dando suporte ao aprendizado de competências necessárias aos docentes. Com isso, espera-se que tenham condições de desenvolver habilidades com os diversos recursos digitais. Esse é o caso do órgão administrativo da UFMG, fundado em 2003, o Centro de Apoio à Educação a Distância (CAED), que dá assessoria para a qualificação docente, assim como para a produção dos recursos didáticos. A ação do CAED é apresentada na próxima seção.

3. ESTUDO DE CASO: TRANSFORMANDO DISCIPLINAS PRESENCIAIS EM SEMIPRESENCIAIS

A metodologia aplicada para a qualificação dos docentes foi iniciada com a formalização de uma parceria com o CAED, que oferece assessoria pedagógica, com cursos de qualificação docente, para treinamento dos professores. Além disso, proporciona recursos tecnológicos e educacionais, com apoio técnico para a criação de material didático, visando à construção de disciplinas para o ambiente virtual (ARRUDA; ARRUDA; SILVEIRA, 2015).

Após formalização da parceria, estabeleceu-se como prioridade a qualificação dos docentes. Para tanto, foi necessário que os docentes cursassem as atividades do Laboratório de Criação de Materiais Didáticos para a EaD (LCMD), oferecido pelo CAED. Para os profissionais do CAED, o LCMD é a etapa inicial para que os docentes se preparem para o processo de remodelagem das disciplinas presenciais, de forma que os recursos didáticos fiquem adequados à modalidade virtual.

3.1 METODOLOGIA APLICADA NO LCMD

O LCMD foi, então, oferecido pelo CAED no formato de curso *online* com carga horária de 60 horas, com média de dedicação de 6 horas/semanais. Foi cursado pelos docentes durante três meses no AVA da plataforma *Modular Object Oriented Distance Learning (Moodle)*, que é um sistema de gerenciamento para criação de curso *online*, utilizado em diversas universidades públicas e privadas, sendo também adotado na UFMG. O *Moodle* é um *software* gratuito, de código fonte livre, e oferece uma interface fácil e com *design* simples, que permite que se façam alterações e redistribuição de conteúdo conforme a necessidade do usuário, pois não requer muita técnica.

As cinco disciplinas que foram desenvolvidas pelos docentes no LCMD foram: (1) Análise de Assunto; (2) Linguagens de Indexação; (3) Sistema Classificação CDD; (4) Sistemas de Classificação CDU e (5) Catalogação Descritiva. A proposta do LCMD foi cumprida a partir de dez etapas, concluídas pelos professores com o auxílio de seis monitores voluntários, uma bolsista de doutorado e da equipe pedagógica do CAED/UFMG, a saber:

1ª Etapa: Análise Contextual e Divisão em Unidades; 2ª Etapa: Preenchimento do Mapa de Atividades (Cabeçalho de identificação da disciplina, Título/Duração e Objetivos das

Unidades); 3ª Etapa: Preenchimento do Mapa de Atividades (Especificação das Atividades, dos Recursos Didáticos e do responsável pelo Desenvolvimento, além das atividades do Caderno de Avaliações); 4ª Etapa: Redação da Apresentação da disciplina e do autor; 5ª Etapa: Redação da Unidade 1 – Introdução da unidade (FOLHA DE ROSTO), Tópicos (seções), Atividades de fixação, Encerramento da unidade, Referências; 6ª Etapa: Roteirização dos recursos didáticos hipermídia da Unidade 1; 7ª Etapa: Roteirização da videoaula de apresentação da disciplina e do autor; 8ª Etapa: Edição da estrutura do curso no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), busca e implementação de recursos didáticos hipermídia (já desenvolvidos por terceiros) referentes à Unidade 1; 9ª Etapa: Redação do Caderno de Avaliações e de Chaves de Correção referente às atividades da Unidade 1; 10ª Etapa: Autoavaliação e Avaliação do Laboratório (ARRUDA; ARRUDA; SILVEIRA, 2015, p. 8).

Portanto, as atividades ao longo do ano de 2017 giraram em torno do LCMD, onde todos os integrantes do projeto, docentes e bolsistas, estiveram inscritos. Cada professor designou um bolsista (em geral, monitor da disciplina ou voluntário) para o apoiá-lo no desenvolvimento dos materiais didáticos. Ressalta-se que, no curso oferecido pelo LCMD, a equipe contou, além da orientação do CAED, com um material instrucional impresso, um guia detalhado e com exemplos de preenchimento e descrição de todas as atividades que foram realizadas. Além disso, contou com *feedback* dos tutores do CAED sobre os documentos produzidos, visando a adequá-los ao que é exigido para a modalidade EaD.

Na primeira etapa, de análise contextual da disciplina, foi elaborado um ciclo de aprendizado, conforme orientações contidas no Projeto Pedagógico do curso de Biblioteconomia, para a qual a disciplina presencial é ofertada.

A segunda e terceira etapas, de produção do Mapa de Atividades (MA) das disciplinas, foram as mais trabalhosas de serem realizadas. Nelas foi preciso especificar as atividades e os recursos didáticos de cada unidade identificada na primeira etapa. A elaboração do MA foi iniciada pelo produto das duas primeiras etapas, quando se considerou uma abordagem, para a modalidade EaD, de ciclos independentes de aprendizagem a partir de uma sequência de eventos que é sugerida “por estudos da Psicologia Cognitiva e por teorias de processamento da informação” (ARRUDA; ARRUDA; SILVEIRA, 2015, p. 27). Essa tarefa exigiu, por parte dos docentes, o estudo dessas teorias para que eles pudessem refletir sobre como e por que ocorre cada evento de aprendizagem. Ademais, foram definidos e sistematizados “os objetivos [factuais e conceituais, procedimentais e atitudinais] a serem alcançados e a duração, as atividades e as avaliações previstas e os recursos didáticos a serem desenvolvidos ou incorporados” a cada evento de cada disciplina (ARRUDA; ARRUDA; SILVEIRA, 2015, p. 29). Para concretizar essa tarefa, foram necessários encontros entre os docentes, bolsistas e voluntários para discussões acerca do ciclo de aprendizagem das disciplinas e adequação das atividades para a modalidade semipresencial. Ao final, o MA de cada disciplina foi composto por diversas atividades, tais como “leituras, resolução de problemas, participações em fóruns e *chats*, acompanhamento de videoaulas, audiência de vídeos e animações, respostas a questionários” (ARRUDA; ARRUDA; SILVEIRA, 2015, p. 34). Na quarta e quinta etapas, de elaboração da redação da apresentação e da Unidade 1 da disciplina, o material produzido foi criado com informações claras, em formato dialógico. Para essas etapas, a orientação do LCMD foi para ser preparado um material “convidando os estudantes à leitura reflexiva, à interação nos ambientes virtuais e à participação nas atividades propostas, sem [...] sacrificar o rigor e a precisão, próprios da área específica do conhecimento a ser tratada”

(ARRUDA; ARRUDA; SILVEIRA, 2015, p. 9). Nessa perspectiva, a confecção dessa apresentação exigiu uma escrita mais coloquial, fugindo da formalidade da escrita científica, à qual os docentes estão mais habituados.

A sexta e sétima etapas foram destinadas à produção de uma roteirização dos recursos didáticos hipermídia (de animação) da Unidade 1 de cada disciplina. Nesse roteiro, considerou-se importante descrever com detalhes os efeitos visuais e sonoros que seriam aplicados, visando a atrair o aluno para o conteúdo a ser apresentado.

A oitava etapa foi realizada pela própria equipe do CAED, na plataforma *Moodle*, com a implementação inicial dos recursos já elaborados para cada disciplina. A elaboração/publicação/incorporação dos novos materiais, com a continuação da produção dos recursos didáticos, está prevista para o ano de 2018.

Na nona etapa, foi iniciada a produção do caderno de avaliações, que contém a chave de correção, ou seja, os critérios adotados para a avaliação, de modo que o aluno tenha mais facilidade de utilizar o material na modalidade EaD.

Na décima e última etapa, houve uma avaliação geral sobre a metodologia do LCMD e da equipe do CAED, assim como a resposta a um questionário de autoavaliação, por cada docente, sobre suas atividades e comprometimento no LCMD.

Os seis materiais elaborados para cada disciplina durante os três meses do LCMD foram: (1) Mapa de Atividades (MA); (2) apresentação da disciplina; (3) textos e atividades de fixação; (4) recursos didáticos de hipermídia da Unidade I e da vídeoaula de apresentação da disciplina; (5) implementação da estrutura da disciplina e da Unidade I no AVA-*Moodle*; e (6) redação do “Caderno de Avaliação e de Chaves de Correção” referentes às atividades da Unidade 1.

Dentre os produtos citados anteriormente, apenas o MA foi desenvolvido para todas as Unidades das disciplinas, uma vez que os demais produtos foram desenvolvidos exclusivamente para a composição da Unidade I de cada uma delas.

Além disso, os Guias elaborados, para cada disciplina, serão publicados pela editora UFMG, em formato de *e-Book*, sendo que a previsão de sua utilização é para o segundo semestre de 2019.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades de EaD do RECRI no Laboratório de Criação de Materiais Didáticos-LCDM, tiveram início no ano de 2017 e permitiram uma reflexão acerca da remodelagem das disciplinas de forma que possibilitasse a autoaprendizagem com a mediação de recursos didáticos, sistematicamente organizados por meio das TICs.

Os professores do RECRI acreditam que, por meio do uso das TICs, os alunos de graduação poderão desenvolver novas habilidades e competências, além das já previstas no currículo padrão de graduação, ensino presencial. A oferta de disciplinas semipresenciais vem com o intuito de facilitar a inclusão e a permanência dos alunos de graduação, e não para tornar tal inclusão e permanência inacessíveis ou complexas. Para tanto, faz-se necessário que os docentes assumam uma nova postura educacional e estimulem os alunos quando tenham acesso às referidas TICs fora do contexto acadêmico, a utilizar os laboratórios de informática criados para os discentes das referidas disciplinas semipresenciais.

Ao longo da realização do Laboratório de Criação de Materiais Didáticos (LCDM) foram

realizadas diversas atividades práticas voltadas para a produção dos materiais das disciplinas a ser ofertadas na modalidade semipresencial, sendo necessário aprender técnicas de EaD. Foram necessários, também, encontros presenciais com a assessoria pedagógica do CAED (atendimentos individuais e/ou coletivos), devido à complexidade das atividades desenvolvidas.

Pela experiência vivenciada, foi possível verificar que o trabalho de remodelagem das disciplinas envolve processos não alinhados ao ensino presencial tradicional, trazendo desafios extras para a compreensão do docente sobre o seu papel como educador e sobre as teorias que envolvem tal processo. Ao mesmo tempo verificou-se que se trata de uma realidade que deve ser enfrentada por eles. Ficou evidente a necessidade de os docentes desenvolverem habilidades em relação às práticas pedagógicas e aos recursos tecnológicos disponíveis para estruturar e gerenciar as atividades dentro do âmbito de um ambiente AVA.

5. AGRADECIMENTOS

Agradecimentos a CAPES, FAPEMIG e CNPq, ao Programa de Incentivo à Formação Docente (PIFD) da PROGRAD/UFMG, ao Centro de Apoio à Educação a Distância (Caed/UFMG) e aos bolsistas participantes desta fase do projeto PIFD.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 2, jul./dez. 2003.

ALONSO, K. M. A EaD no Brasil: sobre (des)caminhos em sua instauração. **Educar em Revista**, Curitiba, Edição Especial n. 4, p. 37-52, 2014.

ARRUDA, D. E. P.; ARRUDA, E. P.; SILVEIRA, M. M. G. (Org.). **Laboratório de Criação de Materiais Didáticos para a EAD**. Belo Horizonte: CAED/UFMG, 2015.

BORGES, M. K.; FONTANA, K. B. Interatividade na prática: a construção de um texto colaborativo por alunos da educação a distância. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 10., Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ABED, 2003.

BRASIL. **Lei n. 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. **Portaria nº 1134**, de 10 de outubro de 2016. Ministério da Educação e Cultura. 2016. Disponível em: <<http://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/1988/portaria-n-1134>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

BRITO, G. S.; KNOLL, A. C. G.; SIMONIAN, M. Grupos de pesquisa: o acolhimento aos habitantes, visitantes e transeuntes de um ambiente virtual. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 10, n. 31, p. 505-520, set./dez. 2010. Disponível em:

<<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=4290&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

DILLENBOURG, P. **Virtual learning environment**. Disponível em: <<http://tecfa.unige.ch/tecfa/publicat/dil-papers-2/Dil.7.5.18.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

MATOS, E. L. M. et al. **Formação pedagógica do professor em diferentes níveis e contextos**. Curitiba: Appris, 2013.

MEDEIROS, M.; FARIAS, E. T. (Org.). **Educação a Distância**: cartografias pulsantes em movimento. Porto Alegre, EDIPUCRS. 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação a Distância. Referenciais para elaboração de material didático para Educação Superior a Distância. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/referenciaisead.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

MORAN, J. M. Propostas de mudança nos cursos presenciais com a educação on-line. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 11., 8 de setembro de 2004, Salvador. **Anais...** Salvador, 2004. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:SNnMYsnXI2cJ:www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/educacao_online/propostas.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 11 jun. 2018.

ROVAI, A.; JORDAN, H. Blended learning and sense of community: a comparative analysis with traditional and fully online graduate courses. **International Review of Research in Open and Distance Learning**, Athabasca, v. 5, n. 2, não paginado, ago. 2004. Disponível em: <<http://www.irrodl.org/index.php/irrodl/article/view/192/274>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

SCHELEMMER, E. Ambiente virtual de aprendizagem (AVA): uma proposta para a sociedade em rede na cultura da aprendizagem. IN: VALENTINI, C. B.; SOARES, E. M. S. **Aprendizagem em ambientes virtuais**: compartilhando ideias e construindo cenários. Caxias do Sul: EDUCs, 2005. p. 135-159.

VALENTINI, C. B.; SOARES, E. M. S. (Org.). **Aprendizagem em ambientes virtuais**: compartilhando ideias e construindo cenários. Caxias do Sul: EDUCS, 2005.